

DECRETO nº 3.035/2017

Súmula: Declara ***Situação de Emergência*** nas áreas do município afetadas pelas chuvas intermitentes ocorridas nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de maio de 2017, causando vários transtornos, com enxurradas e alagamentos em várias localidades da cidade.

LINO MARTINS, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo inciso IV, do art. 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10/04/2012,

Considerando que ocorreu precipitação de 241,8 mm concentrada nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de maio de 2017, conforme comprova a Declaração, emitida pelo responsável da Estação Agrometeorológica IAPAR-UENP/Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes, afetando com enxurradas e alagamentos as áreas descritas no Laudo, elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Bandeirantes(PR), que integra este Decreto;

Considerando que as chuvas provocaram danos materiais em diversos serviços de infraestrutura urbana, assim como alagamentos de vias e de imóveis urbanos, descritos no Laudo elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Bandeirantes(PR),

Considerando, finalmente, o parecer da Coordenaria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Bandeirantes, entendendo que há necessidade de reparos em caráter emergencial dos danos causados pelas chuvas, para não prejudicar o funcionamento normal dos equipamentos urbanos,

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada ***Situação de Emergência*** nas áreas do município, afetadas pelas chuvas intermitentes ocorridas nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de maio de 2017, num total de 241,8 mm, conforme consta na Declaração, emitida pelo responsável pela Estação Agrometeorológica IAPAR-UENP/Campus Luiz Meneghel desta cidade, afetando, com enxurradas e alagamentos as áreas descritas no Laudo, elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Bandeirantes(PR).

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC, nas ações de resposta ao sinistro e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao sinistro e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

- penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no Artigo 50 do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná,
em 22 de maio de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Lino Martins
Prefeito Municipal